

Do mundo como representação à multiplicidade das formas de representação do passado: uma conversa com Roger Chartier

From the world as representation to the multiplicity of forms of representation of the past: a conversation with Roger Chartier

Marlon Salomon

marlonsalomon@gmail.com
Professor do Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Goiás
Avenida Esperança, s/n - Campus Samambaia
74690-900 - Goiânia - Goiás
Brasil

Raquel Campos

raquelmcampos@gmail.com
Professora do Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal Goiás
Avenida Esperança, s/n - Campus Samambaia
74690-900 - Goiânia - Goiás
Brasil

296 **Palavras-chave**
Representação; Narrativa historiográfica; Roger Chartier

Keywords
Representation; Historical narrative; Roger Chartier.

Autores convidados
Recebido em: 1/12/2016

No final de setembro de 2014, Roger Chartier permaneceu cerca de dez dias na Universidade Federal de Goiás. O historiador francês veio ao Brasil por meio de um convênio que o Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) possui com a Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) e a convite do professor Marcos Antônio de Menezes. Durante essa estadia, ele participou de inúmeras atividades. Proferiu a concorrida conferência de abertura do IV Congresso Internacional de História, organizado pelo professor Marco Antônio de Menezes no *campus* de Jataí da UFG – cerca de 800 pessoas lotaram as dependências do auditório para ouvi-lo. Fez a locução de abertura do VII Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História da UFG e da PUC-GO, em Goiânia. Participou de reuniões acadêmicas e administrativas com estudantes e professores do PPGH.

Mas sua presença no PPGH não se restringiu à participação em atividades acadêmicas. Em consonância com sua antiga preocupação com a divulgação da história e de sua produção para além das fronteiras universitárias, o eminente historiador francês concedeu entrevistas para a mídia local. Participou do Programa *Conexões*, da TVUFG, e falou ao Jornal *O Popular* – o conteúdo dessas entrevistas pode ser confortavelmente encontrado na internet.

Foi no quadro dessas atividades e durante essa estadia que organizamos uma entrevista (que contou ainda com a participação de Carlos Oiti Berbert Jr.) com o professor do *Collège de France* e da EHESS, voltada, em grande parte, para questões e aspectos historiográficos de sua obra. Inicialmente, procuramos abordar a trajetória de sua formação intelectual, preocupados em compreender como ela conectou-se com as próprias transformações da historiografia do livro, da leitura e da cultura escrita. Em seguida, buscamos indagar-lhe sobre a história do conceito de representação (referências, matrizes, etc.) e de como e em que contexto intelectual este conceito introduziu-se em seu trabalho. Essa indagação nos conduziu a solicitar-lhe que explicitasse a importância e o estatuto das reflexões teóricas e metodológicas em sua produção. Essa questão nos levou a um triplo questionamento: sobre o problema do estudo da historicidade da literatura e das práticas ficcionais, particularmente, em relação àquelas que concorrem com o pensamento histórico na representação do passado; em seguida, sobre o problema dos saberes da literatura e a polêmica atual sobre o que deve ou não diferenciar a abordagem historiográfica do objeto literário daquela feita por outras disciplinas (como a teoria literária, por exemplo); depois, considerando que o problema das implicações das teses narrativistas para a história deixou de ter a centralidade que tivera no último quartel do século XX, tratava-se de saber o que, em sua perspectiva, veio a ocupar o centro das reflexões sobre as relações entre história e literatura. Na última parte de nosso diálogo, o debate se deslocou para questões historiográficas atuais: a emergência recente de trabalhos de historiadores escritores de ficções ou que trouxeram a forma ficcional para o relato histórico; e sobre a importância que o gênero biográfico assumiu recentemente no campo historiográfico. Finalmente, abordamos a situação da historiografia no debate cultural atual na França. Logo após a morte de Jacques Le Goff, em meados de 2014, a direção da Rádio *France*

Culture anunciou o fim do hebdomadário radiofônico *Les Lundis de l'Histoire* [As segundas-feiras da História]. O fim desse histórico e importante programa de promoção da cultura histórica e da produção historiográfica seria sintoma de algum problema no mundo dos historiadores ou no mundo dos dirigentes da cultura francesa? Essa pergunta permite pensar a própria situação do mundo intelectual francês no início do século XXI.

1. Marlon Salomon: Gostaríamos, em primeiro lugar, de agradecer ao professor Roger Chartier por sua disponibilidade para participar dessa conversa sobre algumas questões relativas à sua obra. Gostaria de começar com uma questão sobre sua trajetória intelectual. Com isso, não se trata de solicitar um ensaio de ego-história em uma entrevista, mas gostaria de saber se o senhor poderia falar um pouco sobre a trajetória da sua formação intelectual, de como foi conduzido a se interessar pela história do livro e das práticas de escrita. O que era então essa história do livro? Lembro que em 1958 foi publicado o importante livro de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, "L'apparition du livre". Eu imagino que esse livro tenha sido um marco, uma referência importante na época. Como era essa história do livro na época em que o senhor se formou – uma época fortemente marcada, nós o sabemos, pela história serial, pela história quantitativa –, como ela foi se transformando e como ela se configura atualmente? Como ela passou de uma história do livro para uma história das práticas de escrita, depois para uma história das práticas de leitura e finalmente para uma história que se preocupa com a literatura?

298

Roger Chartier: Quando comecei a estudar história, na École Normale Supérieure de Saint-Cloud, entre os anos de 1964 e 1969, vivia-se o momento da história cultural serial, quantitativa, estatística. Pensava-se então que, após a história demográfica econômica e a história social, podiam-se aplicar os mesmos métodos de análise aos fenômenos, às produções, às práticas culturais. Era o momento em que historiadores tão diferentes quanto Pierre Chaunu e Michel Vovelle compartilhavam esse programa, que Chaunu havia chamado de "história serial no terceiro nível", quer dizer, para além da economia, da demografia e da sociedade, as práticas e produções culturais. Eu havia começado a trabalhar, dentro dessa perspectiva, com dois professores da École Normale Supérieure de Saint-Cloud – um deles, Daniel Roche, é agora um amigo – e meu primeiro trabalho foi sobre a sociabilidade intelectual na cidade Lyon (porque nasci lá) e a Academia de Letras e Ciências de Lyon no século XVIII (CHARTIER 1969). E nesse trabalho, publicado em um livro coletivo, em 1969, havia toda essa dimensão de uma história estatística – não somente dos indivíduos que haviam constituído as formas de sociabilidade, não somente da Academia, mas também das lojas maçônicas e sociedades literárias, além de uma análise quantitativa de bibliotecas. E nesse momento começou a se formar a percepção – não somente minha, mas compartilhada – dos limites desse tipo de abordagem. Porque ela cartografava a propriedade do livro, permitia estabelecer para um indivíduo, para um grupo social ou para uma instituição o que eram os campos

dominantes de seu interesse, mas não dizia muitas coisas sobre a interpretação, a apropriação dos textos; quer dizer, começou-se a apontar que havia um limite nessa descrição. Além disso, havia a ideia de que essa história estatística, que suporia fontes massivas e repetidas, que permitiam estabelecer as curvas, as porcentagens, em um certo sentido estava escondendo ou apagando as singularidades individuais. E foi a partir desse tipo de reflexão que nasceu uma outra perspectiva – talvez mais voltada para os usos do que para as distribuições estatísticas, para a leitura, mais do que para as bibliotecas e os livros. E durante os anos 70 houve mais ou menos esse movimento, compartilhado também pelos fundadores dessa história quantitativa, serial e estatística. Há os livros de Roche (1982), de Vovelle (1975), que focalizaram destinos individuais e fontes como diários autobiográficos.

Em relação a essa perspectiva, você mencionava o livro de Henri-Jean Martin. Eu conhecia Martin porque ele fora diretor da Biblioteca Municipal de Lyon, antes de se tornar professor na École des Chartes. Eu o havia conhecido no momento desse meu primeiro trabalho sobre a Academia de Lyon e durante alguns anos eu havia participado do seu seminário na École Pratique de Hautes Études, em Paris – ele havia então abandonado sua posição administrativa na biblioteca municipal, em Lyon. E havia ficado algo dessa relação no projeto mais tardio, dos anos 1980, da *Histoire de l'édition française*, em quatro volumes. Graças a Martin, uma outra tradição inseriu-se aí: não a sociologia histórica dos *Annales*, deslocada da estatística para uma atenção a casos mais individuais, mas a tradição clássica da bibliografia, da história do livro, da história da edição. Martin fora o autor, em 1969, de uma enorme tese sobre livro, poder e sociedade em Paris no século XVII, na qual se encontram estudos sobre os livreiros, os impressores e também as bibliotecas (MARTIN 1969). O livro de 1958, *L'apparition du livre* (FEBVRE 1992), traduzido em todas as línguas, é o livro essencial para definir um campo de estudo que não existia dessa maneira anteriormente. Ele é quase um livro fundador. E tem um título particularmente mal escolhido, porque ele enfatiza a consequência da invenção de Gutenberg: o livro impresso. Há alguns capítulos sobre o livro manuscrito, mas o objeto do livro são as transformações religiosas, mentais, políticas que nasceram com a invenção de Gutenberg. Mas não se pode dizer que ele inventou o livro, porque os livros não apareceram com a imprensa. Minha relação com esse livro passou não somente por reconhecer sua contribuição para definir um novo campo de estudos, mas também por mostrar os limites implicados por esse título. Porque o livro em sua forma códice, que é o suporte do livro impresso, existia desde os séculos II, III, IV da era cristã. A era do códice se inicia na Antiguidade e perdura até hoje. Então, a invenção do livro-códice não se liga a Gutenberg, e sim à sua aparição – particularmente nos meios cristãos, mas não somente – entre os séculos II e IV, em substituição a uma outra forma de livro, que era o rolo dos antigos. Pode-se discutir se devemos qualificar o rolo de livro. Em inglês, não; aí há uma oposição total entre o *book*, que é necessariamente o códice, e *scroll*, que é o rolo. No francês e em muitas outras línguas, pelo contrário, se pode falar em livro ao tratar-se dos rolos dos gregos e dos romanos. Menciono

isso para dizer que uma forma de revisão da contribuição de Febvre e Martin foi voltar a atenção para a revolução – que não era somente uma revolução técnica como a de Gutenberg, mas também uma revolução morfológica – que fez passar do rolo ao códice e que talvez tenha uma importância maior que a invenção da imprensa. Mas tudo isso foi o contexto posterior, o contexto da revisão das categorias dominantes na tradição dos *Annales*. Era o momento, os anos 1970, de crítica externa dos *Annales*: a tradição italiana da história de Franco Venturi, que considerava que o conceito de mentalidade ou a análise estatística apagavam o mais importante: a força criadora das ideias; ou a crítica de Carlo Ginzburg – se me lembro bem, *Il formaggio e i vermi* é um livro de 1976, cujo prólogo é uma crítica sistemática da reificação que implica a história estatística em relação à singularidade das experiências individuais, ainda que se possam localizar no fenômeno coletivo, mas com a atenção focada em um caso, um arquivo, um indivíduo (GINZBURG 1976). Havia também esse livro de Geoffrey Lloyd, *Demystifying mentalities*, que é também uma crítica globalizante do conceito de mentalidades, seja para uma sociedade inteira ou para um indivíduo (LLOYD 1990).

2. M.S.: *Rancière, com A noite dos proletários [...] (RANCIÈRE 1988).*

300

R.C.: E com *Os nomes da história* (RANCIÈRE 1993). Havia esse contexto externo e também um contexto interno de crítica, na École des Hautes Études en Sciences Sociales, que procurava demonstrar os limites – e a importância também, evidentemente – desse tipo de abordagem que havia dominado, desde os anos 1950 até os anos 1970, 1980, a história cultural dos *Annales*. E daí esse projeto sobre uma história da leitura, projeto sobre uma visão mais global da cultura escrita: não somente os livros, mas também suas outras formas. E, para mim, houve duas influências fundamentais – e que cito muitas vezes. Em primeiro lugar, a tradição italiana de história da escrita, que começa com o saber paleográfico, a história das escritas. Um autor como Armando Petrucci é absolutamente essencial, porque obriga a considerar a totalidade da produção escrita de uma sociedade – não somente os livros, manuscritos ou impressos, como também todas as outras formas: epigráfica, manuscrita, pintada.

3. M.S.: *Lápides mortuárias...*

R.C.: Tudo isso. Para mim, a leitura e depois o contato com Petrucci foram uma maneira de deslocar ou situar a história do livro dentro da globalidade da história da cultura escrita. E uma outra referência fundamental, que citei ainda ontem, é Donald McKenzie, que considera que o saber bibliográfico pode se tornar uma sociologia dos textos, no sentido em que o mesmo projeto deve considerar a produção dos livros e dos textos, sua circulação e suas formas de apropriação, mas também o modo como a materialidade das formas de inscrição dos textos, em qualquer que seja o suporte, contribui com a produção do sentido. Era uma maneira de romper com a tradição segundo a qual o sentido está inscrito no

funcionamento linguístico do texto. Em um objeto escrito há vários elementos que definem seu status, sua percepção e a construção de seu sentido por parte do leitor.

Então, eu diria que, para mim, foram esses dois elementos: por um lado, a crítica interna da tradição dos *Annales* e, por outro lado, a leitura das críticas gerais do modelo da historiografia francesa, ou, mais precisamente, essas contribuições da bibliografia anglo-saxônica, isto é, inglesa, americana e, no caso de McKenzie, da Nova Zelândia e Austrália – que é um campo particular do estudo do livro, que se utiliza da técnica clássica da bibliografia material, mas para abordar a construção do sentido dos textos. E, além dela, a tradição italiana, que obriga a considerar não somente o livro, mas outras formas escritas; não somente a literatura, mas todas as formas da escrita ordinária, cotidiana; e a mostrar as homologias que podem existir entre elas.

4. *M.S.: Uma pergunta dividida em duas. Como, a partir daí, o senhor chegou ao conceito de representação? Em que momento há essa aproximação, o que estava em jogo nela, nesse momento em que o conceito de representação se colocou? Junto a isso, talvez fosse interessante que o senhor retomasse um pouco a análise das críticas que foram feitas ao emprego do conceito de representação, na história cultural, vamos dizer assim. Em geral, podemos dizer que as críticas dirigidas a esse conceito partem do pressuposto de que o conceito de representação é um conceito platônico: de um lado, há o real, e de outro lado, a representação. Parece-me que essa seja uma crítica, como se pode perceber, ingênua do conceito de representação, já que, tal como o senhor o emprega, ele não tem absolutamente nenhuma relação com isso. Daí um desdobramento da questão: esse conceito de representação que se cruza com a história cultural, qual é sua relação com o conceito de representações sociais dos fundadores da sociologia – E. Durkheim, L. Lévy-Bruhl, M. Halbwachs, M. Mauss, etc.? Porque eu me lembro exatamente que A. Koyré, em um texto da década de 1940, dizia que para a sociologia, para as ciências humanas nascentes no final do século XIX e início do século XX, as representações sociais são a própria realidade; a realidade que estudam e a que se dedicam as ciências humanas são as representações (KOYRÉ 1945, p. 290). Então, qual é a relação desse conceito, que é retomado nos anos 1980, com a tradição da escola sociológica, vamos dizer assim, que aproximações, que distanciamentos, que percursos e filiações podem ser traçados? E também gostaria de indagar se boa parte dessas críticas feitas ao conceito de representação não decorre de um desconhecimento do trabalho de Louis Marin – que me parece ter tido uma importância fundamental aí e que no Brasil teve apenas um título (MARIN 2000), salvo engano, traduzido até hoje, que é muito pouco comentado. Eu não me lembro, por exemplo, de ter tido um professor que tenha falado de Marin, não me lembro de nenhum colega meu ou historiador brasileiro que o tenha citado...*

R.C.: Há aqui o risco de uma reconstrução retrospectiva, lógica, perfeita, teleológica, mas as coisas não acontecem dessa maneira – e essa é a razão pela

qual não tenho muita confiança no gênero da ego-história: ele implica que você reconstrua como necessária e singular o que foi muitas vezes o resultado de acasos e de trabalhos coletivos. A primeira vez, eu acho, que utilizei essa noção foi como o título desse artigo dos *Annales*, "Le monde comme représentation" – era um jogo com Schopenhauer –, dentro do contexto do que, naquele momento, os diretores dos *Annales* qualificavam de "virada crítica" (CHARTIER 1989, p. 1505-1520). Eram os anos 1989, 1990, não me lembro bem da data – é normal para um historiador dos *Annales* não se lembrar das datas –, mas foi nesse contexto. E, se poderia dizer, para imediatamente rechaçar as interpretações idealistas ou platônicas do conceito, que uma de suas fontes mais importantes foi a sociologia de Pierre Bourdieu. Eu havia começado a conhecer e a colaborar esporadicamente com Bourdieu a partir de 1985 e 1986. Em *A Distinção*, as lutas de representação, identificadas como lutas de classificação, são fenômenos sociais essenciais na construção do mundo social (BOURDIEU 1979). E ninguém vai considerar que Pierre Bourdieu seja um pensador idealista ou platônico. Dessa maneira, esse conceito de representação se encontrava imediatamente ligado à sociologia mais sociológica, articulando os esquemas de julgamento, apreciação, percepção, que constituem o *habitus* de um indivíduo e que são a incorporação, no indivíduo, do mundo social tal como ele ou ela o experimentaram. E ao mesmo tempo em que são resultado, estas representações são também produtoras, porque definem, em cada momento da experiência social, limites, fronteiras, classificações, identificações. E, para Bourdieu, lutas de classificação e lutas de classe não poderiam ser separadas, donde o papel fundamental da representação.

A construção desse conceito se explica pelo fato de que o próprio Bourdieu estava intimamente ligado a essa tradição que você lembrava: de Marcel Mauss e Durkheim, da sociologia francesa de *L'Année Sociologique*, de finais do século XIX e começos do XX. Bourdieu editou os livros de Mauss, em sua coleção nas Edições Minuit. Havia aqui uma primeira filiação, de representações coletivas como incorporação do mundo social e como criadoras do mundo social. Mas, da perspectiva histórica, parecia-me interessante cruzar essa primeira referência com a referência a Louis Marin, que era também uma figura intelectual importante, discreta e ao mesmo tempo difícil de traduzir – Marin tem uma língua sutil. Ele usava o conceito de representação o mais próximo possível de seu sentido no século XVII: a representação é aquilo que um poder ou um indivíduo ou um grupo social dá a ver de si mesmo. Daí, com Marin, todas as possibilidades de identificar as raízes, desde Pascal ou os moralistas do século XVII, da representação como dirigida à imaginação. E Marin era um dos mais importantes historiadores a analisar Pascal e o jogo da representação que dá a crer o que existe e o que não existe. É o caso do texto de Pascal que eu citava outro dia: os médicos ou os juízes que precisam da representação no sentido de *montrer*, de mostrar algo, de uma identidade que pode ser também uma ilusão. Mas como a imaginação está sempre vulnerável a essa ilusão, o que se encontra aqui é o funcionamento social. O que se poderia pensar, em termos da

sociologia de Bourdieu, como o elemento desta representação que um grupo se dá de si mesmo e dos outros; era um elemento essencial para compreender como se formavam identidades e, inclusive, classes sociais. O primeiro livro de Luc Boltanski sobre os executivos, *Les cadres*, era fundado nessa ideia: dizer que havia uma grande variedade de ofícios, de posições sociais, de lugares de exercício do trabalho, mas que a unificação disso através de um estilo de vida, de uma representação dada por esses indivíduos que pertenciam a ofícios diversos e que, entretanto, partilhavam uma maneira de viver, de morar, o estilo de vida e o gosto, os quais impunham, finalmente, a realidade da classe executiva: sindicato, reconhecimento nas estatísticas do Estado, classificação sócio-profissional (BOLTANSKI 1982). Os executivos foram se inventando. Me parecia um modelo interessante também para pensar historicamente o fracasso desse mesmo tipo de empreendimento. Na França de começos do século XVII, o mundo de juristas, advogados, administradores – que eram membros do *Tiers État* [Terceiro Estado], como os camponeses ou artesãos – queria estabelecer um quarto Estado ou estamento, mas fracassaram porque havia uma definição jurídica da sociedade dividida em *oratores*, *bellatores* e *laboratores* (os que oram, que combatem e que trabalham) – as três ordens do feudalismo, como havia escrito Georges Duby (1994) –, que não o permitia, ao passo que uma sociedade democrática permite uma forma de maleabilidade do social. Então esse era o segundo sentido, que poderia conduzir ao terceiro sentido, seguindo-se também a Marin, em seu enfoque da representação do poder e do poder da representação. O poder da representação estava comprovado pelas múltiplas formas de representação do poder e aqui havia um sentido mais tradicional da representação como o que representa aos outros: pode ser o rei, podem ser os deputados, pode ser uma instância abstrata. Mas a noção, com essas referências de Bourdieu, Durkheim e Mauss, de Marin e Pascal, e o sentido mais político, por exemplo de Kantorowicz, permitia evitar o que havia de limitado na noção de mentalidade e articular várias formas de história. Essa é a razão pela qual eu havia pensado que esse conceito podia ser útil em vários contextos. Daí evidentemente o rechaço de uma visão das representações que é o alvo das críticas que você mencionava: a representação nos afasta da realidade social, ela nos afasta da verdade histórica – que é o tema desenvolvido nos últimos anos. Podem existir usos do conceito de representação passíveis efetivamente de crítica, mas se se pensa na origem do conceito, em sua trajetória, se vê que não somente ele não nos afasta da realidade social, porque ele a constrói [...]

5. M.S.: *Ele é a própria realidade social.*

R.C.: Sim, ele é a própria realidade social e não nos afasta da verdade objetiva, porque é justamente o deciframento das representações mitológicas que pode mostrar que, detrás dessas representações, as realidades sociais são diferentes. Assim, a análise aproxima-se do que foi – o que permanece sendo a tarefa fundamental do historiador.

6. M.S.: *Carlos, me parece que você tinha uma pergunta justamente sobre "O Mundo como representação".*

Carlos Oiti Berbert Jr.: Existe um desdobramento possível na pergunta iniciada pelo professor Marlon. Gostaria de falar de um livro clássico do senhor, "A História Cultural, entre práticas e representações" (CHARTIER 1988). Este é um livro que, no Brasil, lhe deu reconhecimento e instigou uma série de pesquisas. Entretanto, muitos leitores brasileiros não estão a par da trajetória que o senhor desenvolveu no decorrer de todos esses anos, pois a meu ver o seu trabalho envolve teoria da história – limites e possibilidades do conhecimento histórico – de um lado, e, de outro, uma história da leitura, que estão profundamente relacionados. Quais seriam os elementos que marcariam algumas mudanças ou permanências em relação a essa obra clássica que o senhor escreveu na década de 1980?

R.C.: Sim. Para tratar disso, começemos falando de meus interesses mais recentes. Parece-me que o que me interessou cada vez mais, dentro do marco definido por esse conceito de representação, foram as concorrências na sociedade entre várias formas de representação do passado – porque, finalmente, não sou sociólogo, então essas são as representações mais evidentes que posso considerar – e aqui abre-se todo um campo de reflexão. Nunca trabalhei com memória, mas fui, como muitos, um leitor de Ricoeur. Um de meus objetos de reflexão e de pesquisa foi a concorrência entre representações do passado através da ficção e representações do passado no trabalho historiográfico. Então, havia esse deslocamento para as representações do passado em uma dada sociedade – pode ser a nossa sociedade, mas também aquela do século XVII ou do XIX. E talvez o segundo deslocamento consista em que, embora seja útil desenvolver uma reflexão teórico-metodológica, devemos, não obstante, produzir algo com essa reflexão.

Como um exemplo dessa concorrência, em uma mesma sociedade, de dois discursos sobre um acontecimento, eu escrevi um estudo sobre uma comédia de Lope de Vega, *Fuenteovejuna* [*Fonte das ovelhas*], que se fundamentava em uma crônica histórica.¹ Analisei o trabalho de distorção, transformação operado por Lope de Vega para sua comédia em relação à fonte por ele utilizada – que era essa crônica, na qual é narrado o mesmo evento, uma rebelião de camponeses contra o tirano do lugar. É um exemplo de articulação, concorrência, transformação de um mesmo evento ou acontecimento através de duas formas de sua representação. Evidentemente, não podemos pensar que a crônica seja o próprio acontecimento; a própria crônica é uma representação e deve ser decifrada como tal. Mas para fazer uma obra estética com seu próprio efeito ou projeto, evidentemente Lope distorce, transforma o que havia lido na crônica. Eu havia feito a mesma coisa a respeito de Shakespeare, que utiliza as crônicas de Holinshed para as peças históricas. O exemplo para lê-lo era a rebelião de

¹ "Représenter. Fuente Ovejuna" (CHARTIER 2014, p. 43-89).

Jack Cade, de 1450, que se encontra na segunda parte de *Henrique VI*. Aqui também se trata do mesmo jogo: como a obra shakespeariana se refere à crônica de Holinshed e, ao mesmo tempo, como Shakespeare vai misturar, em sua representação do evento, vários momentos históricos totalmente separados. Eu procurei fazer um tipo de trabalho dessa natureza, textual e histórico, mas que mobiliza o conceito de representação. E por outro lado, na perspectiva de Petrucci, me interessei cada vez mais pelas continuidades e as homologias entre o que chamamos literatura e outras produções escritas na mesma sociedade. É uma reflexão que pode conduzir à historicidade ou historicização dos conceitos – com o livro sobre *Cardênio*, a peça perdida de Shakespeare inspirada pelo *Quixote* de Cervantes, ou com outros textos, pretendi mostrar a descontinuidade no regime de produção da ficção (CHARTIER 2011). Evidentemente, um conceito como literatura deve ser utilizado, mas devemos sempre pensar que ele é um produto histórico – entende-se como literatura uma criação original, de um autor singular e que é proprietário de sua obra. Esses três elementos não existiam, de modo algum, ou pelo menos semelhante, nos séculos XVI e XVII. A escrita era muitas vezes resultado de uma colaboração; a invenção, dentro da imitação, não é a originalidade romântica; e quem é proprietário do texto é o livreiro-editor, e não o autor. Em outras palavras, os três conceitos que para nós definem a literatura – propriedade intelectual, singularidade-originalidade da obra e nome de autor – não existiam de maneira idêntica.

Então, eu queria introduzir na reflexão a profunda descontinuidade histórica e isso me mobilizou nos últimos tempos – considerando também essa ideia de que talvez, particularmente na França, houvesse uma tendência de substituir a história pela historiografia. É interessante estudar a história como um objeto, mas me parece que devemos também nos mobilizar para, como historiador e particularmente historiador da primeira época moderna, produzir análises diferentes, originais de fenômenos históricos. Essa é a razão pela qual sempre me parece útil ter, em meus livros, reflexões teóricas, metodológicas, historiográficas – e estudos de caso. Voltamos à origem: Martin. Estudos de casos, mas mais bem equipados, se pensarmos que se deve estudar não somente os textos em sua dimensão textual, mas também as formas materiais de sua inscrição e circulação e, se for possível, as formas de sua apropriação e interpretação. Dessa maneira, torna-se possível fazer análises um pouco diferentes ou mais ricas do que o que se fez tradicionalmente.

Recentemente, como eu comentava com o Marlon, escrevi sobre Las Casas, sobre o livro famoso *La Destrucción de las Indias*, porque esse é um texto paradigmático para esse tipo de abordagem, no sentido em que foi traduzido em todas as línguas e no sentido em que cada contexto de sua publicação lhe dava um sentido novo, como se cada um pudesse ser os índios, uma vez que tivesse como inimigos os espanhóis (CHARTIER 2015, p. 107-142). Assim, os protestantes dos Países Baixos, os ingleses ameaçados pela Invencível Armada, os venezianos em conflito com o Papa no começo do século XVI, os catalães durante a rebelião dos Segadores de 1640 e, finalmente – paradoxo supremo – os *criollos*, que eram os herdeiros dos conquistadores. Eles utilizavam Las

Casas, que foi novamente publicado em espanhol nos começos do século XIX – em Bogotá, Guadalajara, México e também, em espanhol, em Londres, Filadélfia e Paris – como o manifesto da independência e do risco de que os *criollos* fossem os novos índios, destruídos pelo mesmo exército que havia destruído os índios. É um exemplo. E por que é possível fazer esse tipo de análise? Porque se vê que há aqui dois problemas: o problema da tradução – embora geralmente o texto esteja traduzido sem particular adaptação – com a transformação do sentido pelos elementos textuais preliminares, já que muitas vezes há prólogos, prefácios, que explicam por que o texto tem uma relevância em vários contextos; e também o problema da materialidade, porque estudei todas essas questões utilizando as primeiras edições de cada tradução. Então, história do livro, história do texto e história do contexto se vinculam e me parece que pode ser uma contribuição interessante para um texto que geralmente é comentado a partir de sua primeira edição e de sua função tão importante como elemento da *leyenda negra*. Entre parênteses: descobri que nunca se utilizava essa expressão “*leyenda negra*” durante os séculos XVI e XVII – a realidade sim: a descrição das crueldades, das tiranias dos espanhóis. Porém foi só no começo do século XX que um autor espanhol, Julián Juderías, e para denunciar os que haviam construído a “*leyenda negra*”, a utilizou pela primeira vez. Mas não como uma denúncia, e sim como uma denúncia da denúncia. Seriam esses alguns dos deslocamentos mais recentes no interior do meu trabalho.

306

Não há necessariamente uma coerência, tudo isso é também o resultado de oportunidades – que começam com as oportunidades da documentação. A partir do momento em que passei a ser professor-visitante na Universidade da Pensilvânia, houve duas coisas. Por que razão eu pude começar os estudos sobre Las Casas? Somente porque, em uma biblioteca, havia todas essas traduções. E por que havia todas essas traduções? Porque um colecionador americano apaixonado por esse e por outros dos primeiros textos sobre a América havia doado sua coleção à biblioteca da Universidade. Mas em Paris, em Madrid, você não poderia encontrar a totalidade desse *corpus*. E lá faltava somente uma edição, que de toda maneira eu não poderia ler: a tradução holandesa, que foi a primeira de todas as traduções. Mas se vê que foi por uma casualidade. Se eu tivesse sido professor – não sei – em Dallas, não teria havido essa oportunidade. E eu nunca teria escrito esse estudo sobre Las Casas. E por que eu desenvolvi muitos estudos sobre Shakespeare, que pôde conduzir ao livro sobre Shakespeare e Cervantes? Porque, na Universidade da Pensilvânia, o grupo mais interessado no que discuto – textos, livros, leituras, apropriação, materialidade do texto – é fundamentalmente o grupo dos críticos shakespearianos. Donde uma tradição da Universidade – e ela é tão forte que há uma biblioteca, dentro da biblioteca, exclusivamente dedicada a Shakespeare e ao mundo elisabetano, o que transforma as condições do trabalho. Não devemos pensar que o trabalho intelectual é puramente um trabalho ideal; há condições materiais. Seria impossível fazer o livro sobre Cardênio se eu estivesse na França, porque nenhuma biblioteca compra tudo o que se publica sobre Shakespeare – a cada dia, suponho, a metade desta sala poderia ser ocupada por novos textos

sobre Shakespeare. Na Pensilvânia, sim, se faz isso. Havia uma documentação extraordinária que se podia consultar imediatamente. Então, devemos introduzir esse elemento que uma história intelectual pura apaga.

7. Raquel Campos: Aproveitando a pergunta do professor Carlos Oiti sobre a relação entre uma prática historiográfica e a reflexão sobre a disciplina da história, eu gostaria, em um primeiro momento, de fazer uma questão sobre a escrita da história da primeira modernidade – que é o seu objeto de estudo. Um de seus objetos privilegiados é a literatura. O senhor acabou de reiterar e sempre reitera a necessidade de uma abordagem histórica da literatura, que considere, por exemplo, que o conceito de literatura, tal qual nós o entendemos, não existiu sempre, mas apenas a partir do século XVIII. Pensando especificamente na sua abordagem, o senhor sempre insistiu na necessidade de associar análise dos objetos e das práticas, segundo as contribuições da história cultural, à crítica textual, rompendo com uma certa divisão social do trabalho, segundo a qual aos historiadores e sociólogos caberia o estudo da recepção e dos usos das obras, enquanto os literatos se ocupariam da gênese e da interpretação dos textos. Há alguns anos, essa questão foi retomada em um número dos Annales sobre “Os saberes da literatura”, organizado por Antoine Lilti e Étienne Anheim (ANNALES 2010). Na Introdução desse número, eles recolocaram essa ambição de que os historiadores não permanecessem no exterior dos textos, interessados pelas instituições literárias, pela história social e política dos autores e pelas condições de publicação e leitura (ANHEIM 2010, p. 253-260). Acontece que esse número dos Annales suscitou uma grande polêmica entre os próprios historiadores que estudam literatura, e uma das críticas feitas foi a da perda da abordagem histórica, pelo superdimensionamento da crítica textual. Daí a minha questão: até que ponto a sorte de uma abordagem historiográfica da literatura estaria suspensa à permanência dessa divisão entre historiadores que estão “fora do texto” e os literatos que se ocupam do texto? A partir do momento em que o historiador “adentra o texto”, não se sente que aí mesmo se perde a especificidade de sua contribuição para uma abordagem histórica da literatura?

307

R.C.: Em primeiro lugar, me parece que o problema dos “saberes da literatura” – isto é, da capacidade cognitiva da literatura – tem a sua singularidade. Esse é o tema também de Carlo Ginzburg em *Le fil et les traces*, em que ele considera não tanto a forma literária da escrita da história, mas sim a capacidade de conhecimento dos textos literários (GINZBURG 2007). Esse é um tema em si mesmo, porque se trata de saber que tipo de conhecimento é proposto pela literatura, se seria um conhecimento mais histórico que a história – como na reivindicação da tradição judaica de que a relação verdadeira com o passado é uma relação ritual, e não aquela da historiografia. Era o sonho dos autores que você conhece, do século XIX, que podiam afirmar que a relação literária com o passado – comprometida, íntima, dinâmica – era mais forte do que a inércia da crítica erudita dos historiadores. Ou, então, seria um outro tipo de saber,

não se trataria de uma substituição de um pelo outro. Essa é uma questão não totalmente separada da outra dimensão mencionada, que seria o que significa uma abordagem histórica da literatura.

Eu gostaria de dizer que, salvo o momento da crítica estruturalista, semiótica, do *New Criticism* da América dos anos 1930 e 1940, da *Nouvelle Critique* de um pouco depois, toda forma de abordagem da literatura – inclusive por parte de historiadores da literatura que rechaçavam a história – foi histórica. A tradição mais clássica necessariamente é histórica. O que está em discussão hoje é quais são os instrumentos mais adequados para essa abordagem. Efetivamente, havia uma reticência, particularmente na França, da crítica literária contra a abordagem de tipo histórico, sempre considerada como sociológica ou bibliográfica. Como disse você: “fora do texto” – que seja considerado como útil ou como sem interesse, mas sempre era “fora do texto”, como se vê nas análises de Antoine Compagnon. Quando eu me candidatei ao *Collège de France* – ou melhor, ninguém é candidato ao *Collège de France*, mas se deve encontrar alguns dos colegas antes da eleição – eu encontrei um crítico literário, Michael Edwards, que agora está na Academia Francesa, e ele me disse: “Sim, você se interessa por tudo o que está ‘em torno do texto’; eu me interesse pelo texto”. Era uma ilustração perfeita de “fora” e “dentro” – esses historiadores da literatura não consideravam como realmente muito importante todo esse contexto, porque faziam um tipo de análise interna de Molière, Shakespeare.

308

Só que essa é uma posição que, por exemplo, não faz nenhum sentido na crítica ou na filologia espanholas sobre Cervantes, o Século do Ouro, a picaresca; e tampouco no mundo dos estudos shakespearianos. A ideia de que cada um com sua própria ferramenta ou conhecimento está “fora” ou “dentro” do texto” coloca de imediato um problema: onde está o limite? Porque se se aceita a ideia da materialidade dos textos, o que alguns consideram como “fora” – a encadernação, a tipografia, a *mise-en-page*, a inscrição gráfica e ortográfica dos textos – para outros, e não necessariamente historiadores, mas também críticos literários, é considerado como estando “dentro”, como algo que pertence ao texto. Dessa maneira, a própria fronteira é bem menos clara. Me parece que no caso francês se estabeleceu uma reticência maior contra a ideia de que cada um – crítico literário, historiador ou especialista de bibliografia – pode contribuir com uma análise do texto nas suas formas de inscrição ou recepção, porque lá há sempre essa obsessão da redução sociológica ou da história material sem grande interesse. Mas, o que se passaria quando se entra “dentro do texto”, qualquer que seja a pessoa que o faça? O que acontece?

Para mim, ninguém pode ter todas as competências, saberes, referências, que seriam idealmente necessárias. Mas, se se entra no texto, se entra também em uma profunda historicidade. Pois o que é fazer uma análise textual? É reconhecer que tipo de poética, que figura da retórica foi mobilizada. Nada mais histórico do que a transformação da poética, a hierarquia dos gêneros, a definição dos gêneros. Ou nada mais histórico que as retóricas sucessivas que podem ser como que o padrão ou a matriz da criação literária. Ou nada mais histórico do que as maneiras de conceber os textos, como por exemplo, fontes

de lugares-comuns no período do Renascimento ou como o encontro com uma subjetividade singular no tempo do Romantismo. Dessa maneira, me parece que a historicidade não é somente a da materialidade ou a da recepção; ela é também a historicidade de elementos que são o mais textuais possível. Um historiador não necessariamente domina o saber necessário para essa forma intrínseca de historicidade, mas focar o funcionamento do próprio texto não é abandonar uma perspectiva historicizante. Daí também as muitas reações que existiram no campo da história da literatura contra essa ortodoxia linguística ou semiótica dos anos 1960. Eu mencionava ontem a teoria da recepção alemã, a *reading-response theory* na perspectiva da fenomenologia ou finalmente o *New Historicism*. O que seria objeto do diálogo, e talvez da tensão, entre essas várias perspectivas, seria o que é a leitura e o que é o texto. É possível separar uma obra dos vários estados textuais? Ou considerar que a pluralidade das práticas de leitura deve ser apagada, como no caso da teoria da recepção, em favor de um leitor ideal, hermeneuta, e que busca sempre o sentido?

Cada vez mais estou convencido de que evidentemente existem tradições diferentes – a universidade está construída a partir da diferença das disciplinas –, mas, em relação a uma perspectiva desse tipo, não vejo uma diferença tão forte entre as tradições disciplinares. Talvez porque na minha experiência com a crítica filológica espanhola ou com o mundo shakespeariano essas diferenças não sejam tão importantes. Não se pergunta a uma pessoa se ela tem um passaporte de historiador, bibliógrafo ou de crítico literário, mas sim o que ela pode mobilizar para compreender o texto em todas as suas dimensões, desde a produção até a recepção, desde a retórica ou a poética até a inscrição na materialidade do objeto. E algumas vezes, há até mesmo uma inversão! Tenho dado cursos com Peter Stallybrass, que é um crítico literário shakespeariano, e muitas vezes ele é muito mais histórico do que eu, porque em Shakespeare há criações poéticas que, em um certo sentido, se afastam da estética de seu tempo. Então, os estudantes divertem-se em ver que o crítico literário mostra-se tão historiador, em um sentido mais material, enquanto que eu estou sempre defendendo que a escrita de Shakespeare não é tão má. Porque há a tendência de se reduzir as singularidades, de procurar localizar o que é uma forma excepcional dentro de todo o constrangimento que Shakespeare compartilhava com os outros. Depois, coloca-se o problema de saber por que Shakespeare e não Marston ou Fletcher.

A questão da construção do cânone é uma questão que vai no mesmo sentido, porque por um lado é uma construção de instituição, de seleção, começando com os livreiros-impressores de Londres, que decidiram publicar um *folio* de Shakespeare e não de outros autores – salvo Ben Jonson, que havia decidido ele próprio reunir suas obras, antes de Shakespeare. Eis aí uma canonização pelo mercado ou pela edição. Depois há a canonização pela crítica, pela escola. Há muitos fenômenos sociológicos, institucionais que se podem estudar, mas a diferença aqui é se há ou não uma obra que permita essas reapropriações. E devemos entrar no texto para entender por que coisas tão particulares a um tempo podem adquirir um impacto universal. É uma discussão, porque se vê aqui

que as duas coisas, dentro e fora, vão de par, não se podem separar. Talvez hoje haja um abuso também dessa discussão, porque todo colóquio é sobre história e literatura. Me parece útil que seja assim, mas talvez pudéssemos deslocar um pouco os termos, por exemplo como você dizia em relação à literatura.

Essa é uma questão à la Foucault: estamos prisioneiros de um vocabulário que trai a descontinuidade histórica. E evidentemente podemos pensar, como o fazia Foucault, que havia sexo antes da sexualidade, loucos antes da loucura e talvez literatura antes da literatura. O problema é que devemos utilizar essas palavras sabendo que são historicamente inscritas em uma descontinuidade, e ao mesmo tempo não podemos evitá-las – seria absurdo dizer que não se pode falar da literatura latina ou da literatura medieval. O problema é quando se esquece que, por trás do uso da mesma palavra para situações tão diferentes, existem descontinuidades fortes, na materialidade, na retórica, na poética, na leitura. Não sei o que diria Antoine Lilti frente a essa discussão, mas me parece que se devam considerar as duas vertentes – a do poder de conhecimento da literatura e a dos conhecimentos históricos necessários para compreender a literatura.

310

8. R.C.: Eu gostaria de colocar ainda uma outra questão, aproveitando justamente o problema da insistência nas relações entre história e literatura, que o senhor acabou de mencionar. O senhor dedicou vários textos a uma questão que foi central entre os anos 1970 e 1990: o desafio imposto à história pelas teses narrativistas. O debate sobre as relações entre história e literatura, no último quartel do século XX, foi dominado por esse problema do narrativismo. E atualmente pode-se considerar que esse problema se encontra, de uma certa maneira, resolvido ou ao menos apaziguado. Neste volume lançado recentemente na França, À quoi pensent les historiens, Christophe Granger afirma, no prefácio, que o "ogro narrativista" já não coloca tanto medo nos historiadores (GRANGER 2013, p. 5-23). Dado isso, o que, do seu ponto de vista, ocupa hoje o centro do debate sobre as relações entre história e literatura?

R.C.: Sim, você tem razão. Parece-me que esse debate sobre a escrita da história, que foi absolutamente fundamental, está mais ou menos resolvido. Em um livro como aquele de Michel de Certeau, *L'écriture de l'histoire* (CERTEAU 1982), há duas perguntas fundamentais: uma primeira dimensão, e que se encontra aceita atualmente, é a da relação entre a produção da história e o lugar institucional no qual ela é produzida, os limites que implicava essa situação. A segunda era a propósito da escrita da história que, ainda quando se definia como estatística, quantitativa, não-narrativa, dependia, sem embargo, das fórmulas narrativas e das figuras retóricas. Isso é que foi aceito, talvez com dificuldade, pelo mundo dos historiadores que, sem sabê-lo, como Monsieur Jourdain em Molière, estão escrevendo na forma narrativa, mesmo quando se multiplicam os quadros, as estatísticas, as curvas. Atualmente, o problema se deslocou para essa ideia da concorrência das formas de presença do passado na sociedade, qualquer que seja ela – as de hoje evidentemente, mas também as do passado. Isso definiu

um outro contexto de discussão sobre ficção e saber, que é a questão do poder de conhecimento da ficção e dos limites ou das condições, das exigências da produção do saber.

Essa é a razão pela qual eu estava criticando esse abuso, mas compreendo bem por que essa questão da literatura e história é tão importante. Porque em todos os países europeus recentemente estamos assistindo, de novo – como, no século XIX, o viu Chateaubriand – à multiplicação de romances que se apresentam como uma história mais verdadeira que a história dos historiadores, por ser mais comprometida, mais afetiva, mais cercada de sentimentos, desejos. São todos esses romances, no caso francês, sobre o período de Vichy, da Segunda Guerra Mundial. E no caso espanhol também. E não são romances históricos como os de A. Dumas, porque ele não pretendia escrever uma história mais verdadeira do Renascimento com seus romances. Era talvez uma matéria histórica, mas que se destinava a uma ficção, que não pretendia substituir a narração dos historiadores – no mercado do livro, talvez, mas não no nível do conhecimento. Aqui é diferente. Os livros de Javier Cercas, os livros sobre a Segunda Guerra Mundial que utilizam todas as figuras de ficção, não são romances históricos, mas textos sobre o passado e que se consideram como mais fiéis, mais respeitosos, com uma capacidade de compreensão mais forte do que a obra histórica. Eles definem uma preocupação sobre literatura e história, por levantarem essa questão do conhecimento da ficção, do que significa isso, que tipo de conhecimento seria esse. Essa era já uma observação de Hayden White. Quando se dizia que sua análise da retórica da história afastava-a do conhecimento, ele questionava: mas quem poderia dizer que não há conhecimento da sociedade nos livros de Alejandro Carpentier ou de outros romancistas latino-americanos? Essa é uma maneira de discutir isso. A outra, evidentemente, seria reafirmar aquelas que são as exigências próprias da escrita da história. E talvez, como havia percebido Ricoeur em seu último livro, *La mémoire, l'histoire, l'oubli* (RICOUER 2000), se deveria distinguir, teoricamente, e não na prática da pesquisa, mais claramente entre o momento documental, de crítica das fontes, o momento do modelo explicativo – que podia se construir tanto a partir dos mecanismos desconhecidos pelos atores históricos, como a partir de sua própria vontade, projetos, estratégias – e a escrita. Nesse livro, para proteger a capacidade de conhecimento da história, mais do que em *Temps et récit* (RICOUER 2010), Ricoeur distinguia esses três elementos. Isso não significa que o historiador comece com as fontes, para depois decidir qual o seu modelo de explicação e, finalmente, escrever; tudo é contemporâneo. Mas teoricamente era uma distinção que devia reafirmar a capacidade de saber da história, distinta, em sua originalidade, do conhecimento talvez produzido pela literatura. Então, a reflexão epistemológica não desaparece nesse novo contexto, mas se reforça, em um certo sentido, e pode ter, talvez, uma nova figura, nessa nova relação entre documentos, explicação e escrita. Eu veria o contexto atual definido mais ou menos dessa maneira, o que explicaria o interesse por essas questões na França e as muitas reflexões sobre história e literatura.

9. M.S.: *Esse diagnóstico da questão teórica atual indicaria que a história dos*

historiadores – e essa seria uma visão pessimista – perdeu o monopólio da representação do passado? E isso permitiria também dizer que há uma crise da história? Enfim, ficamos sabendo recentemente do fim de Lundis de l’histoire; a história está em crise? Ou seria antes, como o senhor havia dito, que essa concorrência da presença do passado no presente é uma tensão inerente à própria disciplina?

R.C.: Eu gostaria de acrescentar, também nesse sentido, se esse fenômeno que se observa hoje na França, de os historiadores escreverem literatura, como Philippe Artières, que escreveu sobre seu tio assassinado em Roma (ARTIÈRES 2013), ou Patrick Boucheron com seu livro sobre Maquiavel [...] (BOUCHERON 2008).

M.S.: E Antoine de Baecque [...] (BAECQUE 2014).

R.C.: Sim, justamente. E será que isso pode ser pensado nesse mesmo registro, de uma crise da história?

M.S.: Os historiadores foram capturados pela ficção?

312

R.C.: Em primeiro lugar, acho que nunca os historiadores ou cronistas detiveram nem o monopólio nem sequer um papel dominante na presença do passado na sociedade. Se se comparam as crônicas utilizadas por Shakespeare e as peças históricas, não há comparação possível. Milhares de pessoas haviam assistido às representações de obras históricas, e quantas haviam lido as crônicas de Holinshed ou de Hall ou de Grafton? E no século XIX, ainda que não houvesse a ideia de cientificidade nos romances de Alexandre Dumas, que comparação possível entre seus leitores e os de Augustin Thierry ou de Fustel de Coulanges? Então, nunca houve esse papel dominante. O problema é compreender como se apresenta essa ficção e, em segundo lugar, como reagem os historiadores. Uma dessas reações é serem tentados eles mesmos pela ficção. Mas devemos estabelecer distinções, porque em alguns casos sempre houve a tentação da hipótese na história.

Um exemplo mais forte foi, não de fantasia literária, mas a *New economic history*, que decidia pela exclusão de um fenômeno e tentava compreender o desenvolvimento econômico sem ele. É o famoso livro sobre a economia dos Estados Unidos sem os trens e o sistema ferroviário (FOGEL 1964). É a ideia de um laboratório, num certo sentido: você suprime uma variável, um elemento da realidade histórica e é como construir um modelo, para ver e comparar: com os trens, sem os trens – e testa-o. Então, essa ideia de introduzir hipóteses, jogos com a realidade, em um livro de história o mais sério e clássico possível, talvez seja o que faz Patrick Boucheron (BOUCHERON 2008). Em seu livro, ele supõe que Leonardo da Vinci tenha encontrado Maquiavel – e não há nada que permita afirmar que esse encontro tenha ocorrido. Mas é um livro que quase poderia funcionar sem essa hipótese, em que a documentação é uma documentação histórica, a análise das razões pelas quais se podia eventualmente pensar que

eles tinham se encontrado é uma análise meticulosa. Dessa maneira, é uma forma, no caso da *New economic history*, de extrair um elemento e, no caso de Boucheron, de acrescentar um elemento histórico não provado, mas que vai dar mais força à demonstração. Outras tentações são um pouco diferentes, como as de Artières ou de Baecque. Não sei o que pensar. São exercícios intelectuais, como se os historiadores talvez tivessem ciúmes frente à literatura, como se pensassem que não fossem capazes de fazer coisas tão interessantes, tão literárias, tão estéticas. Não sei se alcançam sucesso ou se fracassam, cabe aos leitores decidir [...] Mas não me parece, em um certo sentido, muito importante, porque é um exercício que não implica quase nada na discussão que temos, sobre o saber da ficção ou o saber necessário para compreender a ficção. Ele me parece um pouco desvinculado dessa discussão. Por exemplo, se pensarmos em historiadores norte-americanos, também Natalie Davis aderiu a essa tentação em seu livro sobre as três mulheres, três destinos: uma francesa que vai para o Quebec, uma holandesa naturalista que vai para o Suriname e uma judia que não vai a lugar algum, mas que constrói seu mundo através de sua autobiografia (DAVIS 1995). Você se lembra de que o Prólogo é uma conversa entre essas três mulheres e a própria Natalie Davis. No livro, isso não importa, é um livro particularmente rico, como todos os livros de Natalie Davis. Então, estaríamos aqui mais na perspectiva de Boucheron, da *New economic history*: é um suplemento, em um certo sentido, que permite compreender se havia algo que essas mulheres compartilhavam nos séculos XVI e XVII. Apesar de suas diferenças religiosas, podia-se imaginá-las conversando. É mais como uma hipótese, geralmente para uma ideia de que fosse possível em determinado momento, em que as identidades religiosas podiam ser negociadas.

313

Por outro lado, acho que nunca se poderia encontrar nada desse tipo em Ginzburg, Robert Darnton e Arlette Farge – e são historiadores que têm uma dimensão literária, se se entende por isso o sentido banal da palavra, como composição da obra. No caso de Ginzburg, utilizando técnicas de composição dos livros que não são somente o modelo narrativo do romance do século XIX, mas mais cinematográficas, como no caso de *Il formaggio e i vermi*. No caso de Roberto Darnton ou de Arlette Farge, há mais essa ideia de fazer presente as almas mortas, uma atenção aos destinos individuais, às palavras dos atores, uma maneira de compartilhar, em um certo sentido, essas trajetórias de vida, que são muitas vezes fragmentos de uma trajetória de vida. Mas algo que irrita particularmente Arlette Farge é que lhe perguntem que, já que seus livros são literatura, por que não escrever um romance. Ela considera que o trabalho histórico é suficiente, que cada um tem sua competência, talento, definição do saber. Parece-me que pode ser um pouco superficial essa tentação da literatura.

10. M.S.: Por outro lado, os historiadores hoje, mais do que nunca, passaram a escrever biografias – o que era, do ponto de vista teórico, um gênero totalmente exterior ao campo historiográfico. E talvez nunca os historiadores tenham escrito tantas biografias como hoje. E isso é um fenômeno que é mais ou menos geral.

R.C.: Sim, mas a biografia pode ser a melhor ou a pior das coisas. Evidentemente,

e como você disse, era o gênero mais clássico, o que se vendia. As biografias eram o setor dominante nas livrarias, na França, para a história. E nesse sentido havia um padrão e essa ideia de reconhecer, de encontrar uma outra vida, que não supunha necessariamente uma reflexão crítica sobre o que se escrevia. Mas na tradição dos *Annales*, quando se afastaram os paradigmas originais, havia a vontade de revolucionar os gêneros mais clássicos – a batalha de Bouvines, com Duby (1973), e São Luís, com Le Goff (1996); dizer que se podia fazer uma história inovadora através dos gêneros mais clássicos. E, em um certo sentido, isso significava, por um lado, retomar a tradição de Febvre. Porque se pode dizer que, salvo sua tese, Febvre escreveu somente biografias – mas não como aquelas da Fayard, e sim Rabelais (FEBVRE 1947), Margarida de Navarra (FEBVRE 1944), Bonaventure des Periers (FEBVRE 1942), Lutero (FEBVRE 1928). Havia uma tradição de utilizar o gênero da biografia para discutir um problema. E no caso de Le Goff isso era interessante porque se sabem poucas coisas sobre São Luís, então era uma biografia *décalée*: todos os textos sobre ele eram submetidos a uma crítica antes de se poder, eventualmente, acercar-se da realidade histórica de São Luís. Então, há uma nova geração de biografias que pode utilizar esse modelo que Duby e Le Goff introduziram.

314

O problema complicou-se quando a biografia se apoderou dos próprios historiadores, ou porque eles foram convocados para escrever sua ego-história, no livro editado por Pierre Nora – e todos aqueles que não foram convocados para fazê-lo haviam inventado maneiras de escrever sua própria ego-história: prólogo, prefácio, entrevista, etc.; ou, paralelamente, com as biografias de Foucault, Certeau, Ricoeur, Castoriadis, etc. Acho que deva corresponder a algo relativamente profundo, porque há pessoas que não leem nossos livros, mas leem uma biografia. Não sei, mas merecia uma análise essa ideia de um encontro com o passado através de um destino. Muitos desses leitores não estabeleciam uma grande diferença entre biografias que, para nós, são livros de história, porque têm uma dimensão problemática, e uma biografia que é uma pura narração. Por que esta fascinação do encontro com o outro? Talvez porque se jogue tanto com uma ideia da universalidade – significa se encontrar a si mesmo, de uma certa maneira, ou com alguém semelhante – quanto com o tempo, a distância dos tempos. A biografia permite associar a diferença – um mundo exótico, perdido, estranho – e o reconhecimento do indivíduo de hoje com o passado. Talvez seja o gênero em que se entrecruzem mais essa dimensão de invariantes antropológicas – muitas dessas biografias são histórias de ódio, amor, paixão, vingança, todo um repertório de emoções trans-históricas – e ao mesmo tempo uma cor de distância histórica: a corte renascentista, o mundo medieval. Parece-me que seja uma das razões; não sei, nunca havia pensado sobre isso, estou refletindo agora. Parece-me que outros gêneros históricos não tenham essa dupla dimensão. Se você descreve o mundo social passado, isso é algo interessante, que pode ter consequências até hoje, mas é algo separado. A biografia supõe que há algo de invariante na natureza humana – e inclusive, há uma distorção profunda em se atribuir, como dizia Lucien Febvre, aos homens e mulheres do Renascimento sentimentos que somente depois do século XIX

poderiam ser imaginados. Para um leitor, isso não importa tanto, é mais a história de encontrar as mesmas paixões ou emoções em vários tempos e esse prazer da distância, com a certeza de reconhecimento.

Uma terceira vertente é a escrita das biografias de gente sem biografia, todo esse movimento de biografias populares, o Menocchio por Ginzburg, Ménétra por Daniel Roche (1982), Joseph Sec por Michel Vovelle (1975); há muitas. Mas se vê que, por exemplo, no caso de Natalie Davis, há essa dimensão: a biografia tornou-se cada vez mais forte em sua obra. Todas as primeiras obras de Natalie Davis foram sobre grupos sociais, profissionais, religiosos e esse livro, *Women on the margins*, era um livro de três biografias. Quando uma grande historiadora se apodera do gênero, produz algo diferente de uma biografia repetitiva.

11. *M.S.: Fomos surpreendidos pelo fim de Lundis de l'histoire!*

R.C.: Ah, o fim da história! É uma coisa da qual efetivamente não falamos.

M.S.: Mas o fim de 'Lundis de l'histoire' é sintoma de alguma coisa no mundo dos historiadores ou no mundo dos dirigentes da cultura francesa?

R.C.: Ambos. Acho que há um fenômeno geral que é a redução do espaço nas mídias para o saber acadêmico ou científico. Isso se vê com os suplementos literários e as resenhas nos periódicos: menos numerosas, menos longas, sempre reduzidas. Na França, somente três jornais têm um suplemento literário: *Figaro*, *Libération*, *Le Monde*. Eu havia trabalhado com o *Libération* e depois com o *Le Monde*, e a cada vez há uma pressão maior para que as resenhas sejam as mais curtas possíveis. Então, perde-se toda a dimensão de uma discussão intelectual. E é um filtro para livros que nunca vão ter direito a uma resenha. Então, é um fenômeno um pouco geral. Parece-me que na Espanha, com as autonomias regionais, cada periódico – de Valencia, Barcelona, Madri, Sevilha – tinha seu suplemento literário e ali se manteve um pouco mais a presença dos universitários como autores. Porque o que acompanha essa evolução é que se torna desnecessária a presença de um historiador profissional para fazer uma resenha que é mais ou menos um sumário do livro. A presença dos intelectuais profissionais, isto é, de professores ou de pesquisadores, se justifica porque eles podem contribuir de uma maneira que um jornalista não o poderia. Mas se se define um padrão de publicação que não está interessado nessa discussão intelectual, então eles não servem para nada. O primeiro elemento é esse, na imprensa.

O segundo seria para os programas das diversas mídias. Efetivamente, aqui estamos diante de um bom exemplo. Os *Lundis de l'histoire* passaram a ser vistos, depois da morte de Le Goff – que era intocável – como um programa um pouco do passado, um programa intelectual demais, que não podia atrair... – não sei quem, porque as pessoas que escutam a *France Culture* não são necessariamente aquelas que vão a um concerto de rock. Mas também é a ideia de que haja coisas muito difíceis, abstratas, que podem ter seu lugar particular,

como uma reserva de macacos, mas que não têm projeção pública. Parece-me uma evolução realmente preocupante, porque significa que a distância entre o saber científico, que geralmente é acadêmico – não somente, mas geralmente –, e a comunicação para um público mais amplo vai aumentar, a comunicação deste saber vai desaparecer, as pontes não existem mais. Porque eu sempre pensei a atividade de escrever resenhas ou fazer programas de rádio a propósito dos novos livros não necessariamente para que os leitores ou auditores comprem esses livros – claramente há obras que não são para todos, que têm uma tecnicidade intrínseca que se deve respeitar; as pessoas quando escrevem aceitam que vão vender sessenta ou cinquenta exemplares, porque esse é o nosso ofício. Mas o importante era que existisse uma relação entre esse saber e uma comunicação mais ampla. Claramente essa não é mais uma ideia aceita. É um caso entre outros. Porque nesses programas de história, o que eu tentava fazer – o que não é uma questão do “eu”, era a questão da função do programa – era também dar presença às novas edições dos clássicos da literatura – Shakespeare, Cervantes, Diderot; era organizar um encontro com as ciências sociais – Godelier, Bourdieu. Como a história era uma matéria mais visível, ela permitia essas ações – não há programa sobre a crítica literária, por exemplo, salvo para os lançamentos, mas não para reedições e história literária; não existe. Então, era, através da história, uma maneira de fazer presente esse tipo de trabalho, respeitando o que Raquel dizia, a historicidade de cada um frente a esse empreendimento. Mas talvez nesse caso seja uma indicação de que na França, pelo menos, a história como disciplina ou como grupo de autores não desempenha o mesmo papel que anteriormente.

316

Talvez o desaparecimento de figuras como Le Goff e Duby tenha sido um elemento para a dificuldade atual de inventar novos formatos de história, ou que sejam imediatamente reconhecidos por um grupo mais amplo que a universidade. Há fenômenos objetivos, não somente a má vontade de tal ou tal pessoa. A história em geral talvez não exerça a mesma sedução, a mesma atração que exercia. Seria interessante observar por quê. Há menos gosto, salvo para as biografias, para os livros de história. A própria produção não tem a mesma força que anteriormente. Não porque as pessoas trabalhem menos ou sejam menos inteligentes, e sim porque há condições objetivas: na universidade, há muito mais tarefas administrativas e de ensino do que no meu tempo. É mais difícil publicar hoje do que há vinte anos. Muitos acadêmicos estão tentados a abandonar a carreira por um outro tipo de ofício – político, nas mídias, etc. Toda uma série de fenômenos objetivos diminuíram a presença da história e, uma vez que isso se cruza com a ideia de que não se deva dar eco a coisas demasiadamente difíceis, pode conduzir a essa situação atual. Daí, me parece, um estado lamentável do mundo intelectual, no qual as opiniões substituíram os saberes. Os jornais diários estão cheios de colunas de opinião. É a razão pela qual penso que a expressão “intelectual francês”, que podia ser um sinônimo, agora é um oxímoro. Bernard Henry-Lévy é a encarnação perfeita disso. Há uma confusão total. Na filosofia, isso é ainda mais forte. Porque há uma diferença muito grande entre a filosofia séria, que não tem projeção, e o que passa como

filosofia, e que é produção de opinião fundada sobre nada, nenhum trabalho, nem dados, nada; são opiniões, somente. O professor tem uma opinião, mas o carniceiro também tem; por que ele não participa desse debate público?²

Não quero cair na ideia de que os ostrogodos, os visigodos, os vândalos estão às portas da cidade. Mas são fenômenos objetivos e, para terminar, me parece que talvez nos falem estudos suficientemente precisos para compreendê-los – podemos deplorá-los, podemos pensar que era melhor no passado, mas o problema é que as pessoas podem ter má vontade, mas são fenômenos objetivos que se devem estudar, compreender e, se possível, corrigir. Para que voltemos ao sinônimo, em lugar do oxímoro.

Referências bibliográficas

ANHEIM, Étienne; LILTI, Antoine. Introduction. **Annales**. Histoire, Sciences sociales. Savoirs de la littérature. Paris, 65e. année, n. 2, mars-avril 2010, p. 253-260.

ANNALES. Histoire, Sciences sociales. Savoirs de la littérature. Paris, 65e. année, n. 2, mars-avril 2010.

ARTIÈRES, Philippe. **Vie et mort de Paulo Gény**. Paris: Le Seuil, 2013.

BAECQUE, Antoine de. **La traversée des Alpes**. Essai d'histoire marchée. Paris: Gallimard, 2014.

BOLTANSKI, Luc. **Les cadres**. La formation d'un groupe social. Paris: Éditions Minit, 1982.

BOUCHERON, Patrick. **Léonard et Machiavel**. Lagrasse: Verdier, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **La distinction**. Critique sociale du jugement. Paris: Minit, 1979.

CERTEAU, Michel de. **L'écriture de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1975.

CHARTIER, Roger. **A história cultural, entre práticas e representações**. São Paulo: Difel, 1988.

_____. **Cardenio entre Cervantes et Shakespeare**. Histoire d'une pièce perdue. Paris: Gallimard, 2011.

_____. L'Académie de Lyon au XVIIIe. siècle, 1700-1793. Étude de sociologie culturelle. In: **Nouvelles études lyonnaises**. Histoire et civilisation du livre. Genève; Paris: Droz, 1969. v. 6.

_____. Le monde comme représentation. **Annales**. Economies. Sociétés.

² No final de 2015, Roger Chartier lançou um projeto intitulado *Débats d'histoire*, cujo formato, em grande medida, retoma aquele de *Lundis de l'histoire*. Trata-se de um programa mensal (registro sonoro) a propósito de um livro recentemente publicado, de uma hora de duração, constituído de um diálogo com três participantes, do qual, quase sempre, um deles é o autor do livro em questão. *Débats d'histoire* pode ser acessado gratuitamente no youtube.com ou na página de Roger Chartier no site do Collège de France. Acesso: <http://www.college-de-france.fr/site/roger-chartier/Debats-d-histoire.html>.

Civilisations. Histoire et sciences sociales: un tournant critique. Paris, 44e. année, v. 6, novembre-décembre 1989, p. 1505-1520.

_____. Textes sans frontières. In: _____. **La main de l'auteur et l'esprit de l'imprimeur**. XVIe.-XVIIe. siècle. Paris: Gallimard, 2015, p. 107-142. (Collection Folio Histoire).

_____. **L'Œuvre, l'atelier et la scène**. Trois études de mobilité textuelle. Paris: Garnier, 2014, p. 43-89.

DAVIS, Natalie Zemon. **Women on the margins: three seventeenth-century lives**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.

DUBY, Georges. **Le dimanche de Bouvines**. 27 juillet 1214. Paris: Gallimard, 1973.

_____. **Les trois ordres ou L'imaginaire du féodalisme**. Paris: Gallimard, 1978.

FEBVRE, Lucien. **Autour de l'Heptaméron**. Amour sacré, amour profane. Paris: Gallimard, 1944.

_____. **Le problème de l'incroyance au XVIe siècle**. La religion de Rabelais. Paris: Albin Michel, 1947.

_____. **Origène et Des Périers ou L'énigme du Cymbalum Mundi**. Paris-Genève: Droz, 1942.

318

_____. **Un Destin**. Martin Luther. Paris: Presses Universitaires de France, 1928.

_____; MARTIN, Henri-Jean. **L'apparition du livre**. Paris: Albin Michel, 1958.

FOGEL, Robert. **Railroads and American economic growth: essays in econometric history**. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1964.

GINZBURG, Carlo. **Il filo e le tracce**. Vero, falso, finto. Milan: Feltrinelli editore, 2006.

_____. **Il formaggi e i vermi Il cosmo di un mugnaio del '500**. Torino: Einaudi, 1976.

GRANGER, Christophe. Ouverture: Science et insouciance de l'histoire. In: _____ (Org.). **A quoi pensent les historiens?** Faire de l'histoire au XXIe. siècle. Paris: Éditions Autrement, 2013, p. 5-23.

KOYRÉ, Alexandre. Le mouvement philosophique sous la Troisième République. In: MIRKINE-GUETZEVICH, Boris (Org.). **L'oeuvre de la Troisième République**. Montreal: Éditions de l'Arbre, 1945.

LE GOFF, Jacques. **Saint-Louis**. Paris: Gallimard, 1996.

_____. **São Luís**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LLOYD, Geoffrey. **Demystifying mentalities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

MARIN, Louis. **Sublime Poussin**. São Paulo: Edusp, 2000.

MARTIN, Henri-Jean. **Livre, pouvoirs et société à Paris au XVIIe. siècle**, 1598-1701. Genève: Droz, 1969.

RANCIÈRE, Jacques. **La nuit des prolétaires**. Archives du rêve ouvrier. Paris: Fayard, 1981.

_____. **Les noms de l'histoire**. Essai de poétique du savoir. Paris: Seuil, 1993.

RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Seuil, 2000.

_____. **História, memória, esquecimento**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

_____. **Temps et récit**. Paris: Seuil, 1983-1985. 3 v.

ROCHE, Daniel. **Journal de ma vie**: édition critique du journal de Jacques-Louis Ménétra, compagnon vitrier au XVIIIe. siècle. Paris: Montalba, 1982.

VOVELLE, Michel. **L'irrésistible ascension de Joseph Sec, bourgeois d'Aix**. Aix: Edisud, 1975.